



VII Simpósio Nacional de História Cultural
**HISTÓRIA CULTURAL: ESCRITAS, CIRCULAÇÃO,
LEITURAS E RECEPÇÕES**

Universidade de São Paulo - USP

São Paulo - SP

10 e 14 de Novembro de 2014

**DOS ENGENHOS AOS SOBRADOS: A CULTURA ORAL EM
GILBERTO FREYRE E JAYME GRIZ**

Luciane Alves Santos*
Maria Alice Ribeiro Gabriel**

Esta comunicação propõe discutir como o mito e a História se inscrevem nas narrativas de cunho fantástico folclórico em *Assombrações do Recife Velho* (1955), de Gilberto Freyre, e *O Cara de Fogo* (1969), de Jayme de Barros Griz. Os contos reunidos por Griz surgem a partir de narrativas orais provenientes de comunidades da zona da mata de Pernambuco, no período de transição entre a extinção dos antigos banguês e o surgimento das usinas. Já a maior parte dos contos de *Assombrações do Recife Velho* foram coletados por Freyre na esfera do mundo urbano. As duas obras apreendem as transformações do Brasil colonial para o republicano.

Discute-se, sucintamente, a presença do sobrenatural nesses contos sob o ponto de vista de Jacques Le Goff (2010), Jan Van Sina (1985) e Jean Molino (1980). Em seguida, aborda-se a questão dos elementos que validam a narrativa enquanto testemunho

* Doutora em Letras pela Universidade de São Paulo. Professora Adjunta do Departamento de Letras (campus IV) da Universidade Federal da Paraíba. Líder do grupo de pesquisas Variações do Insólito: do mito clássico à modernidade. UFPB/CNPq.

** Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo. Museu da Tolerância de São Paulo - Departamento de pesquisa e documentação. Pesquisadora vinculada ao grupo Variações do Insólito: do mito clássico à modernidade. UFPB/CNPq.

do passado, além do papel do mito na transmissão e preservação da memória histórica local.

Apesar de pouco divulgado, o conjunto da obra de Jayme Griz, em prosa e verso, é significativo, tecido pelo rico acervo das canções, lendas, mitos e tradições de Pernambuco. São narrativas em tom de rapsódia, sobre o decadente Nordeste escravagista e patriarcal de fins do século XIX e início do século XX. Os poemas, cantos, ensaios, fábulas e contos de Jayme Griz atestam seu valor como pesquisador das tradições de seu povo. Domínio que se estende à sua obra memorialística e ensaística.

Assim, o objetivo primordial do trabalho é definir, comparativamente, como o mito é expresso através do sobrenatural nos contos analisados. Ao lado da função de transmissão da memória social que evolui em confrontação com o mundo moderno, é possível detectar alguns elementos da história e cultura pernambucana nos contos reunidos por Gilberto Freyre e Jayme Griz.

Por se ambientarem em uma época que anuncia transformações na distribuição do tempo, ritmo e organização do trabalho, os contadores de histórias locais são influenciados por esse contexto em suas obras. Dessa forma, o narrador assume outras funções, além de compilador, entrevistador e ouvinte, ele é também o mediador no diálogo entre a cultura oral e o patrimônio escrito.

ASSOMBRAÇÕES DO RECIFE VELHO (1951)

A obra *Assombrações do Recife Velho* surgiu em 1929, enquanto Gilberto Freyre dirigia o jornal *A Província*. No prefácio à 1ª edição, em 1951, o autor (2000, p. 31) descreve-se como “organizador deste livro de histórias que não deixam de ser história: história de uma cidade tão célebre pelas assombrações como pelas revoluções”. Mas é no breve prefácio à 2ª edição, escrito em 1970, que Freyre, ao esclarecer seus propósitos como autor, fornece a melhor definição de *Assombrações do Recife Velho*:

Este livro não pretende ser contribuição senão muito modesta para o estudo de um aspecto meio esquecido do passado recifense: aquele em que esse passado se apresenta tocado pelo sobrenatural. Pelo sobrenatural mais folclórico que erudito, sem exclusão, entretanto, do erudito. Mas sem que tenha sido preocupação do Autor entrar no mérito, por assim dizer, de qualquer desses sobrenaturais, cuja presença, real ou suposta, apenas constata, através de testemunhos, de experiências, de aventuras das chamadas psíquicas que teriam sido vividas por uns tantos recifenses em ambientes e em circunstâncias próprias do Recife:

os de sua condição de cidade não só situada à beira-mar como cortada por dois rios; de burgo por algum tempo judaico-holandês e não apenas íbero-católico; de capital de província e de Estado depois de ter sido simples povoação de pescadores; de sede de vários conventos; de centro de atividades culturais importantes; de grande mercado de escravos trazidos da África; de espaço urbano caracterizado por sobrados de tipo esguio, de feição mais nórdico do que ibérico: provável influência holandesa ou norte-europeia sobre sua arquitetura. Vários desses sobrados ganharam fama de mal-assombrados. (FREYRE, 2000, p. 21).

As histórias que compõem o livro foram “Quase todas recolhidas diretamente de boas fontes orais. De velhos e honestos moradores da cidade” e também de amigos e conhecidos, recorda Freyre (2000, p. 30), como Evaldo Cabral de Melo, que “recolheu de gente antiga informações, que me transmitiu, sobre assombrações célebres”. “E quatro ou cinco casos foram recolhidos em páginas de cronistas coloniais ou do tempo do Império e não da tradição oral ou popular. Nem dos arquivos policiais.” (FREYRE, 2000, p. 30-1). Enquanto a obra de Freyre retrata “os mistérios da vida e da morte” de um Recife mais moderno, “de espaço urbano caracterizado por sobrados de tipo esguio”, Jayme Griz reconstituiu, por meio da tradição oral, o agonizante mundo do engenho de açúcar no Nordeste.

O CARA DE FOGO (1969)

“Jayme Griz”, escreveu Pessoa de Moraes em 1968, “representa no Nordeste os ecos da velha tradição oral; das antigas estórias contadas aos meninos nos terraços das Casas Grandes de engenho e fazenda em toda a extensa área nordestina.” (GRIZ, 1969, p. 9). O autor reuniu um notável acervo folclórico e humano sobre o contexto cultural e social da zona da mata de Pernambuco: cantigas, crendices, estórias locais, lendas e provérbios. “Todos os contos do livro procuram trazer essa outra visão do Nordeste: a visão mística pejada do fantástico, fugindo do puro realismo convencional”. (GRIZ, 1969, p. 13). “Aratinga”, “Barbalho”, “Gigante”, “Gravatá”, “Liberdade” e “Mata-Virgem” estão entre os engenhos pernambucanos citados por Griz, reduzidos a um “Mundo de sombras e fantasmas” (GRIZ, 1969, p. 26):

No Aratinga esteve Leandro durante muitos anos, até que o senhor do engenho, atormentado pelas constantes crises do açúcar, cansaço de suas terras e declínio crescente dos banguês com o advento das Usinas, vendeu sua velha propriedade, ausentando-se da região, deixando o Aratinga de fogo-morto. (GRIZ, 1969, p. 79).

Em “O Fantasma Negro do Bueiro da Usina Cucáú”, o narrador, neto de escravos de um antigo engenho, explica como se deu a passagem e transformação do engenho, espaço quase feudal, para o sistema mecanizado das usinas:

Em Pernambuco usina sempre nasceu nas terras dos engenhos. Tudo quanto foi engenho de ontem está hoje na barriga das usinas. (...) O engenho de que falei quando vosmecê esteve aqui, há três dias atrás, e que ficava onde está hoje plantada a usina Cucáú, é possível tivesse ele o nome da usina de hoje, pois acontecia sempre a usina, tomar o nome do engenho que ela engulia, como diz o povo. (GRIZ, 1969, p. 93-4).

O elemento folclórico regional é explorado em sua diversidade e riqueza, principalmente na transposição de determinados mitos, assombrações de um Recife “fora-de-portas” que surgem da história colonial de Pernambuco: paixões trágicas, como em “Cícero Grande”, “Meu cavalo deu um tope” e “O Cavalo Fantasma da Estrada do Engenho Barbalho”. Animais encantados, como “o zumbi do boi” (GRIZ, 1969, p. 23), o cão “que também era um fantasma” (GRIZ, 1969, p. 26), “O Cavalo Fantasma da Estrada do Engenho Barbalho” (GRIZ, 1969, p. 123) e “Os Caititus das Matas do Engenho Gigante.” (GRIZ, 1969, p. 137).

Sufrimentos do tempo da escravidão são narrados em “Meu cavalo deu um tope”, “A Enforcada da Mata do Chareta” e “Assombração no Rio Formoso”, ambientados nas casas-grandes e sobrados com notícia de “botija enterrada com dinheiro e ouro do falecido senhor de engenho” (GRIZ, 1969, p. 100), além do próprio senhor “orgulhoso e duro (...) Desses que em tempo ruim morrem mas não se entregam.” (GRIZ, 1969, p. 167-8). “E essa mesma história vem a ser, seu moço, depois uma só: a que fala dos banguês de ontem e das usinas de hoje”. (GRIZ, 1969, p. 98).

Alguns desses mitos descritos por Griz são redefinidos por “influências contraditórias – europeias, africanas, indígenas” (FREYRE, 2000, p. 54-5) ou simplesmente transpostos para “a história sobrenatural do Recife” de “dentro-de-portas” relatada por Freyre.

FONTES E REGISTROS DA CULTURA ORAL

Para analisar a presença das memórias, coletivas ou individuais, nos relatos compilados por Gilberto Freyre e Jayme Griz é preciso considerar que determinados aspectos do estudo da memória, “podem evocar, de forma metafórica ou de forma

concreta, traços e problemas da memória histórica e da memória social”. (MORIN; PALMARINI, 1974 apud LE GOFF, 1996, p. 423).

Como estudioso do folclore local, é possível que Jayme Griz tenha reunido um grande acervo de narrativas obtidas diretamente da população de trabalhadores dos extintos engenhos da zona da mata de Pernambuco. Com a decadência de seus antigos senhores, os engenhos considerados “de fogo-morto” transformaram-se em ruínas e os ainda produtivos passaram a ser propriedade de usinas emergentes.

Jayme Griz teve oportunidade de contatar agregados, descendentes, moradores e trabalhadores que pertenceram ao mundo, quase feudal, dos velhos engenhos pernambucanos, bem como aqueles que agora serviam às usinas canavieiras. Estes últimos, não podendo mais abrigar-se sob o domínio patriarcal de seu senhor, abandonaram suas terras e migraram para as cidades circunvizinhas à usina. O valor dos testemunhos orais fornecidos pelos habitantes de uma comunidade basicamente agrária pode ser visto na obra de Emmanuel Le Roy Ladurie. Ao descrever, através dos documentos inquisitoriais, as confissões dos moradores da pequena aldeia de Montaillou, no sudoeste francês, o autor reconstituiu, de forma histórica e antropológica, o cotidiano, a vida simples das pessoas do lugar:

Como observou seu autor (Emmanuel Le Roy Ladurie): ‘embora haja muitos estudos históricos relacionados às comunidades camponesas, há muito pouco material disponível que possa ser considerado o testemunho direto dos próprios camponeses’. Le Roy Ladurie contornou esse problema baseando seu livro nos registros inquisitoriais produzidos por Jacques Fournier, bispo de Poitiers, durante sua investigação da heresia entre 1318 e 1325. Sejam quais forem seus inconvenientes, *Montaillou* não apenas demonstrou que a história vista de baixo poderia atrair o público leitor em geral, mas também que alguns tipos de registro oficial poderiam ser utilizados para explorar o mundo mental e material das gerações passadas.” (SHARPE, 1992, p. 47).

Assim, “o diretor d’*A Província* teve a ideia de encarregar o repórter policial do jornal, que era o Oscar Melo, de vasculhar nos arquivos e nas tradições policiais da cidade o que houvesse de mais interessante sobre o assunto: casas mal assombradas e casos de assombração”. (FREYRE, 2000, p. 29). Nos registros materiais que “o chefe de polícia de então – Eurico de Sousa Leão”, pessoa amiga que facilitou as cópias lhe forneceu, Freyre encontrou: “Queixas contra espíritos desordeiro. Denúncias contra ruídos de almas

penadas. Pedidos à polícia para resolver questões violentamente psíquicas. Que lhe trouxesse tudo isso copiado”. (FREYRE, 2000, p. 29).

O ORAL E O ESCRITO, O FOLCLÓRICO E O ERUDITO

Citando Pierre Janet, Jacques Le Goff “considera que o ato mnemônico fundamental é o ‘comportamento narrativo’ que se caracteriza antes de mais nada pela sua função social, pois que é comunicação a outrem de uma informação, na ausência do acontecimento ou do objeto que constitui o seu motivo”. (FLORES, 1972, p. 12 apud LE GOFF, 1996, p. 424-5).

A partir das observações de Henri Atlan sobre “linguagens e memórias”, Le Goff afirma que a utilização de uma linguagem falada, depois escrita, é de fato “uma extensão fundamental das possibilidades de armazenamento da nossa memória que, graças a isso, pode sair dos limites físicos do nosso corpo para estar interposta quer nos outros quer nas bibliotecas. Isto significa que, antes de ser falada ou escrita, existe uma certa linguagem sob a forma de armazenamento de informações na nossa memória”. (ATLAN, 1972, p. 461 apud LE GOFF, 1996, p. 425).

O contraste entre dois momentos dos relatos, oralidade e escrita, é abordado no estudo de Jean Molino, *Le fantastique entre l’oral et l’écrit*, que considera, por parte da crítica, a clara distinção entre o fantástico literário e o fantástico folclórico: o fantástico oral foi influenciado pelo fantástico escrito, mas, em sentido inverso, a literatura fantástica somente adquire sua verdadeira significação em relação às fontes e as formas orais das quais é prolongamento. Do ponto de vista antropológico, existe uma evidente correspondência entre o fantástico literário e o fantástico da tradição oral. (MOLINO, 1980, p. 32).

O estudo da memória social constitui um dos meios essenciais na abordagem dos problemas do tempo e da história, em relação aos quais a memória está ora em retraimento, ora em transbordamento. “No estudo histórico da memória histórica é necessário dar uma importância especial às diferenças entre sociedades de memória essencialmente oral e sociedades de memória essencialmente escrita como também às fases de transição da oralidade à escrita.” (LE GOFF, 1996, p. 426).

O LUGAR DO MITO

De acordo com o antropólogo e historiador Jan Vansina (1985, p. 125), cada cultura tem representações próprias concernentes ao universo, as quais envolvem conotações espaciais. Como o tempo, o espaço é uma noção relativa, um lugar é considerado em relação a outros lugares. Dentro de um espaço algumas partes são mais conhecidas e importantes que outras. Os mais importantes espaços estão vinculados a um lugar de criação de mitos. A visão que alguém tem de um espaço influencia sua visão dos acontecimentos passados. No passado, os cristãos devotos visualizavam o Jardim do Éden na Mesopotâmia. No século XIII os mapas europeus do mundo tinham a forma de disco, com Jerusalém ao centro. A Redenção foi traduzida no espaço. Portanto:

Da mesma forma, como em geral um mito está ligado a um lugar ou a um espaço, a maneira como a Idade Média ocidental fixa seus heróis e maravilhas a lugares, mesmo que não sejam aqueles onde eles surgiram, concede-lhes um ponto de implantação geográfica significativo – seja geografia real ou imaginária. (LE GOFF, 2009, p. 23).

A geografia imaginária pode surgir das memórias ligadas a um espaço real, como a campina da Casa Forte no Recife foi o lugar em que “o próprio diabo dos brancos com toda a sua vermelhidão e toda a sua inhaca terrível de enxofre e de breu” apareceu, uma madrugada, a duas simples mulheres. “Contou-me a história Josefina Minha-Fé, moradora dos arredores da Casa-Forte, salientando: ‘Mas isso foi no tempo antigo’. Talvez ainda no século XVII: ‘no tempo dos Framengo’.” (FREYRE, 2000, p. 35).

O Recife é pródigo em lugares assombrados e “ermos sinistros”: o Chorameno, “que por tanto tempo foi um descampado da cidade” (FREYRE, 2000, p. 37); “Outro lugar público com fama de mal-assombrado foi por muito tempo, e é um pouco ainda hoje, a Cruz do Patrão, no istmo que liga Recife a Olinda,” (FREYRE, 2000, p. 37); o sítio do Encanta-Moça, a Avenida Malaquias, o Sítio da Capela, as “águas da Prata ou do Prata, em Apicucos” (FREYRE, 2000, p. 50); “E em águas do Capibaribe defronte do Sítio da Capela é tradição ter aparecido a um negro aflito não Iemanjá mas a Virgem Maria.” (FREYRE, 2000, p. 47). Para Jan Vansina (1985, p. 18) o mito pode ser uma forma de expressar informações extremamente antigas sobre determinado lugar. Os lamentos que se ouvem à noite guardam o mistério que ronda o descampado do Chorameno, conectando-o não a uma reminiscência pessoal e sim a um fato trágico que diz respeito ao passado comum dos moradores locais:

Não nos deixemos porém arrastar pela tentação de reduzir a história natural à história do Recife. Pois nesse ponto a tradição é de que naquele descampado houve matança e sepultamento de recifenses, inclusive de meninos e inocentes, numa das agitações que ensanguentaram o velho burgo. Pelo que durante anos o largo inteiro teria ficado mal-assombrado com o choro dos inocentes. (FREYRE, 2000, p. 37).

A mente humana é capaz de comunicar, sob um simbolismo estruturado, mensagens ocultas, as quais são verdades dolorosamente aniquiladoras para a condição humana, literalmente matérias de vida e morte, natureza e cultura. (VANSINA, 1985, p. 162). A natureza da mensagem simbólica de certos mitos, além de guardião da memória, expressa a tentativa de assimilação de traumas coletivos em algumas sociedades.

O CONCEITO FEUDAL DE “FORTALEZA HABITADA”

O historiador Alexandre Herculano trouxe para as suas *Lendas e Narrativas* (1851) as histórias populares da Península Ibérica medieval. Assim como *A Província* iniciou “uma série de artigos a respeito do assunto (casas mal assombradas e casos de assombração): artigos que fizeram algum ruído, embora apenas provinciano” (FREYRE, 2000, p. 29), as *Lendas e Narrativas* de Herculano foram originalmente publicadas, entre 1839 e 1844, nas revistas *O Panorama* e *A Ilustração*.

O histórico e o legendário se combinam e se misturam na crônica literária do velho Portugal de Herculano: o sobrenatural se manifesta nas abadias, castelos, mosteiros e nas suas ruínas. São histórias do tempo das invasões mouriscas (“A destruição de Áurja), relatando amores proibidos (“A Dama Pé de Cabra”), maldições (“O Bispo Negro” e “O Emprazado”), narrativas em que tomam parte o diabo (“A Dama Pé de Cabra”) e a Inquisição (“O Cronista”).

Na obra de Freyre (2000, p. 35), “Os mistérios que se prendem à história do Recife são muitos: sem eles o passado recifense tomaria o frio aspecto de uma história natural”. E esses mistérios possuem alguma correlação com *As Lendas e Narrativas* de Herculano. Em lugar do traço mourisco, surgem fantasmas do tempo das invasões holandesas, em um “Recife ainda quente da presença de herege ruivo e vermelho nas suas ruas e nas suas casas.” (FREYRE, 2000, p. 35).

Não se excluem os amores proibidos (“O adolescente que assassinou a namorada”), maldições (“O velho Suassuna pedindo missa?” e “O vulto do salão nobre”),

a presença do diabo (“Um barão perseguido pelo diabo” e “A velha branca e o bode vermelho”) e da Inquisição, cujos agentes perseguiram “uma israelita de fortuna, Branca Dias”, a qual “deitou a muita prata que tinha em casa em águas de Apicucos, desde então, segundo entendidos no assunto, mal-assombradas.” (FREYRE, 2000, p. 36).

Desse passado, “A grandeza das casas-grandes nas terras de plantio e dos sobrados” (GRIZ, 1969, p. 167) perfaz a construção típica do Recife arcaico ou “fora-de-portas”, tanto em Griz, quanto em Freyre (2000, p. 137), “no Recife dos primeiros anos do século XIX. O Recife colonial do tempo do governador português Luís do Rego.” O engenho, pelas suas funções de residência senhorial, aproxima-se do castelo ou fortificação, enquanto o palacete, típico do Brasil republicano, pertence às cidades em desenvolvimento, filhas da Revolução industrial. Conforme os diferencia Le Goff:

Desde a Idade Média, ele (o castelo) era às vezes confundido com o palácio, mas é preciso distingui-los com cuidado na história da realidade e do mito. O palácio apresenta duas características específicas que o diferenciam do castelo medieval. Primeiro, trata-se essencialmente de uma residência real, ou pelo menos principesca, ao passo que o castelo medieval pertence a um simples senhor, embora os reis possam ter construído castelos medievais enquanto senhores. Além disso, das duas funções essenciais do castelo, a militar e a residencial, é esta última que o palácio privilegia, ao passo que o castelo medieval caracteriza-se pela primeira. (LE GOFF, 2009, p. 74).

Da mesma forma que mito encerra a tentativa de assimilar um evento traumático na memória coletiva, o espaço a que ele se atém pode estar igualmente associado aos valores de uma comunidade, por exemplo, a direita representando o superior e a esquerda, o inferior. (VANSINA, 1985, p. 127). Segundo Le Goff, existe também no espaço uma simbologia de prestígio. Na Antiguidade, a orientação fundamental do espaço valorizado era definida entre a direita e a esquerda. “A valorização era ir para a direita. Na Idade Média, o eixo de orientação valorizado vai do baixo ao alto. (...) As famílias ricas, sobretudo nas cidades onde a nobreza se instalou, procuram ter uma torre mais alta do que aquela de uma família rival.” (LE GOFF, 1998, p. 129). As vilas e cidades desenvolveram-se como uma extensão da vida dos engenhos. Em “Assombração do Rio Formoso” encontra-se uma preciosa definição desse processo:

A cidade é situada à margem do Rio formoso, que lhe deu o nome. No passado, ali floresceu uma aristocracia de senhores rurais. Senhores de engenho. Senhores de terras e de vastos coqueirais. Senhores de outras tantas riquezas que as fecundas terras do velho município propiciaram. Ainda hoje a cidade tem evidentes sinais desse seu passado de riqueza

e fartura. Velhas residências senhoriais, dizem bem ainda dos contatos desses antigos senhores de terra com o velho burgo. (GRIZ, 1969, p. 158).

Nestor Goulart Reis descreve a arquitetura típica das primeiras moradias senhoriais, cujas “paredes mais grossas, em pedra, poderiam corresponder às instalações mais antigas. Mas não devemos esquecer que os desenhos de Frans Post nos mostram em Pernambuco, mais de um século após a fundação de São Jorge, um número grande de edificações muito simples, feitas com terra e madeira”. Essas construções modestas erigiam-se com técnicas mais fáceis de serem aplicadas com o aproveitamento da mão-de-obra indígena. Por outro lado, é provável que o engenho do donatário tivesse inicialmente uma feição de quase fortaleza, uma ponta-de-lança em um território ainda não efetivamente dominado.

As informações referentes às edificações em São Vicente, incluindo cartas de Tomé de Souza, mencionam um número significativo de casas construídas em pedra. A correspondência do governador-geral informava que nessa época as casas estavam de tal modo espalhadas em São Vicente, que foi impossível protegê-las com um muro, como fizera com as outras povoações, ao Sul de Salvador, à exceção de Santos e da própria São Vicente. Contudo ressaltava que o risco diminuiria pelo fato das construções serem em sua maioria de pedra. “Com muito maior razão, o donatário determinaria o uso do mesmo material, na construção do engenho de sua empresa”. (REIS, 2005).

É provável que essa arquitetura dos engenhos, organizados à maneira de feudos isolados até primórdios do século XIX, tenha influído no caráter autocrático de seus senhores, que neles reinavam soberanos, bem como nos mitos que esses senhores inspiraram, pois, segundo Vansina (1985, p. 107) um reino pode representar a expressão de todo um país, como o passado da casa real a de uma nação. Como o senhor do antigo burgo do Rio Formoso que depois de morto passou a assombrá-lo: “Morreu assim o senhor velho com o seu ódio e a sua soberba, mas não abandonou a casa. (...) Quem não sabe da estória e nesse sobrado entra, sai de lá tangido pela *visage* de seu antigo senhor, que bota para fora quem lá entra para ficar”. (GRIZ, 1969, p. 169).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assombrações do Recife Velho e *O Cara de Fogo*, de certa forma, se complementam e dialogam entre si. Enquanto Jayme Griz revela as memórias e o ponto de vista das pessoas mais humildes e iletradas que estiveram, por muito tempo, à sombra patriarcal dos antigos senhores de engenho pernambucanos, Gilberto Freyre aborda a adaptação dessa população que se transferiu das Casas-Grandes, fortalezas, estabelecimentos do tempo del-Rei e senzalas para os sobrados e as casas térreas, que não apresentavam traço algum de residência senhorial.

O nascimento de uma pequena burguesia estabelecida no Recife que se moderniza é assombrada pelo passado do domínio holandês, de suas revoluções libertárias, de seus crimes passionais, pelos fantasmas de senhores de engenho cruéis com suas mulheres e escravos e, nas palavras de Freyre, “não faltam casos sem explicação alguma”.

Junto de um mundo de fausto que expira, com seus engenhos de fogo-morto “engulidos” pelas usinas, desaparece toda uma fauna e flora mítica, assim como suas matas assombradas. Os escravos libertos que não podem ou não querem continuar ao lado de seus senhores, declinam como eles ou aceitam o êxodo para as povoações vizinhas e, mais tarde, são integrados ao regime de trabalho das usinas. No entanto, as visagens desse mundo que lentamente se extingue, junto com sua arquitetura e lugares encantados, persistem, continuam a assombrar os vivos, fornecendo um testemunho subjacente à memória dos homens.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FREYRE, Gilberto. **Assombrações do Recife Velho**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.

GRIZ, Jayme. **O Cara de Fogo**. Recife: Museu do Açúcar, 1969.

LE GOFF, Jacques. **Heróis e maravilhas da Idade Média**. Petrópolis: Vozes, 2009.

_____. **História e Memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

_____. **Por amor às cidades**. São Paulo: Editora da Unesp, 1998.

MOLINO, Jean. Le fantastique entre l'oral et l'écrit, **Europe: Les fantastiques**, n. 611, p. 3-122, 1980.

REIS, Nestor Goulart. Os engenhos da Baixada Santista e do Litoral Norte de São Paulo. **Novo Milênio: Histórias e Lendas de Santos**. Amargo Açúcar: A arquitetura dos engenhos brasileiros, Santos, nov. 2005. Disponível em: www.novomilenio.inf.br/santos/h0133o.htm. Acesso em: 18/06/2014.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. (Org.). **Leituras de Walter Benjamin**. São Paulo: FAPESP: Editora Annablume, 2007.

SHARPE, Jim. A História vista de baixo, in: BURKE, Peter. **A escrita da História**. São Paulo: Editora Unesp, 1992, p. 47.

VANSINA, Jan M. **Oral Tradition as History**. London/Madison: The University of Wisconsin Press, 1985.

